

EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA

Ana Elídia Torres – UNESP- FCL- Assis
annaelidia@hotmail.com
Processos educativos em Economia Solidária

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a possibilidade de a Educação Popular ser usada para melhoria do cotidiano de trabalho em cooperativas populares autogestionárias, afirmando os princípios da Economia Solidária. Parte-se de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que por meio da etnografia, descreve os impactos do Círculo de Cultura como uma ferramenta utilizada pela Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Núcleo de Assis, na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS. Pretende-se discutir neste trabalho, a Educação Popular como instrumento de luta política no empoderamento de grupos populares, que, ao mesmo tempo, pode possibilitar aos sujeitos/trabalhadores refletirem e adotarem uma postura crítica em relação ao seu cotidiano moldado por uma sociabilidade capitalista.

Palavras chaves: Economia Solidária, Educação Popular, Etnografia, Círculo de Cultura.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo meditar um pouco mais sobre uma discussão da Educação Popular como metodologia de trabalho com grupos populares na busca da apropriação da Economia Solidária. Essa reflexão começa na dissertação, que através da etnografia, descreve os impactos do Círculo de Cultura como uma ferramenta utilizada pela Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Núcleo de Assis, na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS.

É necessário que nesse trabalho, além da discussão própria, faça-se também uma retomada do que tem sido trabalhado na pesquisa, uma vez que este texto é fruto dela, e mais do que isso, porque essa forma de escrever e de pesquisar é o formato escolhido para dar sentido a tudo isso. Portanto, introduzir este trabalho é também apresentar quem o pesquisou e o escreveu, é contar o caminho e as bases para se chegar em algum lugar ou em novas dúvidas; e o caminho, nessa pesquisa é fundamental.

O caminho que levou para pesquisa começa na graduação quando comecei a participar da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Núcleo de Assis, em 2009 e no terceiro ano de graduação me aventurei pelo caminho da extensão. Já na

incubadora optei por atuar junto a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS, pela possibilidade de trabalhar com um grupo que tinha muitas demandas e que pudessem proporcionar novos desafios. Nesse momento a cooperativa contava com 120 trabalhadores, e foi um trabalho que realmente proporcionou muito aprendizado, além de grandes afetos entre a estudante de psicologia e trabalhadores cooperados.

Após o período de adaptação com o grupo de trabalhadores, fui me envolvendo em novos espaços e assumindo novos compromissos, tanto com a incubadora, quanto com a cooperativa, ao ponto que em dois meses de trabalho eu já passava mais tempo no espaço físico da cooperativa do que na própria universidade, tendo reuniões e encontros pelo menos três vezes por semana. Esse habitar na COOCASSIS, além de me proporcionar a vontade de fazer pesquisa, me fornecendo varias possibilidades de objeto, trouxe também a ideia de usar a etnografia como metodologia para a pesquisa, uma vez que a permanência no espaço de trabalho era constante e permitia uma grande proximidade com o grupo.

A etnografia permite um trabalho junto ao grupo, possibilitando assim captar elementos que não podem ser vistos sob um primeiro olhar, ou seja, só pode ser compreendido na medida em que se aproxima e vivencia com os sujeitos em determinada condição o cotidiano, descrevendo com riqueza de detalhes essa permanência (MAUSS, 1979 [1902]). Nesse sentido, foi possível entender a experiência na graduação como disparadora da metodologia etnográfica, afinal foram dois anos e meio de permanência da estudante na Cooperativa, convivendo com o grupo, e participando de seus espaços, ao menos três vezes por semana, proporcionando assim um habitar etnográfico de cunho amador (MARTINS, 1994).

Não podendo pesquisar e responder todas as perguntas formuladas na cooperativa, uma que ficou forte seria a propulsora das outras e da pesquisa: qual ferramenta poderia ser usada pela incubadora para possibilitar que os cooperados vissem mais sentido na Economia Solidária e no Cooperativismo? Durante a vivência da graduação, vimos no Círculo de Cultura, uma ferramenta de Educação Popular, uma alternativa, e portanto, foi utilizado durante o trabalho na COOCASSIS, rendendo muita possibilidades e experiências, além é claro de virar objeto de pesquisa.

O método do Círculo de Cultura é uma ferramenta da Educação Popular que proporciona debates com adultos na busca do esclarecimento das situações do cotidiano de trabalho. Busca-se conquistar não só as palavras, como também os sentidos que elas têm, e não só o sentido histórico, como também o sentido já existente para aquelas pessoas.

Afinal, os participantes não são uma minoria de aristocratas dedicados à especulação, mas sim, homens do povo, que já carregam consigo essas palavras com vida, tendo em vista que dizem de seus trabalhos, de suas dores, de sua fome, e de suas lutas (WEFFORT, 1989, p. 5).

A grande proposta de Freire era buscar uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política (1989), e por isso instituiu esse método como possibilidade de diálogo e construção de sujeitos mais críticos, e por consequência, mais autônomos. Mas é importante ressaltar que isso só se dá porque parte-se de um todo social, estruturado pelo modo de produção capitalista, que quer gerar uma sociedade alienada, constituída por sujeitos passivos e sem esperança de mudança. O capitalismo sustenta a lógica de sujeitos não pensantes e não reflexivos, para assim, manter sua estrutura e sua força.

A cooperativa segue os princípios da Economia Solidária, mas esta inserida na Economia Capitalista, onde os trabalhadores estão totalmente subjetivados por essa lógica capitalista. Ou seja, nós vimos a possibilidade de usar o Círculo de Cultura como espaço para desvelar e discutir essas contradições tão fortes dentro de um espaço que busca relações solidárias e uma gestão pautada na participação de todos de forma crítica e comprometida.

A educação popular aqui não é só a ferramenta de trabalho com os cooperados, ela é também uma orientação político teórica, ela é uma postura que acredita no empoderamento do sujeito e nas suas potencias criadoras, porque não está só na ação direta em roda de conversa, mas está no olhar com o outro, na construção do projeto de pesquisa, na escolha de metodologia e no caminhar da pesquisa; por isso entende-se que a educação popular e a economia solidária podem somar de forma tão potente, uma vez que suas forças de mudanças e suas potencias em priorizar as relações estão imbricadas e se fortalecem enquanto lutas políticas.

A Economia Solidária: uma possibilidade no modo de produção capitalista?

A Economia Solidária nasce sim como uma alternativa ao sistema hegemônico, e principalmente como uma forma de se relacionar diferente da construída nesse sistema, com enfoque na solidariedade das relações.

A Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto

produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc., na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dará mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (Singer, 2002, p. 114 – 115)

Esses princípios formam um contingente ideológico que opta por romper com os valores capitalistas, mesmo que isso seja uma luta constante dentro do movimento, afinal, somos formados pelos valores ideologicamente sustentados, construídos e subjetivados pelo sistema hegemônico.

No entanto, participar de um empreendimento de Economia Solidária não faz com que, diretamente, os cooperados já estejam dispostos a formar essas redes e a se relacionarem de forma solidária, isso porque além da subjetivação capitalista, muitas vezes os trabalhadores estão nesse empreendimento por opção de renda e não por opção ideológica. Nesse cenário, de trabalhadores em busca de trabalho e renda, a universidade aparece como grande parceira através das Incubadoras, que contribuem na ampliação de empreendimentos de economia solidária com projetos de extensão e atividades educativas com seus alunos.

É justamente nesse contexto que a ES aparece como uma alternativa para esse trabalhadores; inicialmente uma alternativa de trabalho e renda, mas que deve ir além disso, uma vez que lutamos para que esses trabalhadores tenham outras perspectivas de vidas, pautadas pela autonomia organizativa e pela gestão coletiva. Ou seja, para Singer (2002) a Economia Solidária deve ser uma outra forma de produzir, de vender, e de se relacionar, com valores como a autogestão, a cooperação, a autonomia e a solidariedade. Valores estes que não são nada simples de serem conquistados, afinal, as contradições entre a economia capitalista e a economia solidária estão presente diariamente no cotidiano desses trabalhadores.

A reinvenção da ES porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral etc. Neste sentido, ES e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem ES e que não pode haver ES sem autogestão (NASCIMENTO, 2011, p. 91).

Mas eis uma questão importante formulada pela Incop junto com os grupos incubados: a autogestão é possível se efetivar apenas no espaço da assembleia? Na realidade dos grupos do oeste paulista essa pergunta foi respondida com um não, tendo em vista que a maioria dos grupos são de catadores e que não estavam ali com uma carga teórica e política que possibilitasse essa experiência, não por não serem da academia, mesmo porque longe da universidade mantêm seus saberes, mas por suas vivências anteriores terem sido de heterogestão, e mais do que isso, de posições submissas e passivas.

Sendo assim, assumir a gestão coletiva de uma cooperativa precisava mais do que a assembleia, precisava de espaços de apropriação do que é fazer isso, e os próprios trabalhadores apontaram nesse sentido, pedindo a criação de outros espaços para irem além. A perspectiva da ES sair de um discurso utópico e se firmar na realidade, não depende só da formalização de uma cooperativa ou associação, ela se constrói na prática contínua da autogestão, e da vivência de trabalhadores autônomos, para que dessa forma não fortaleça ainda mais a ideologia capitalista apaziguando os trabalhadores. É fortalecendo a autêntica práxis que a ES se sustenta como alternativa contrária a lógica hegemônica.

A construção de cooperativas verdadeiramente autogestionárias e socialistas deverá ser obra da própria classe trabalhadora consciente. A possibilidade da construção de nova forma de sociabilidade humana não medida pelo capital está inscrita nas contradições do real, no processo de luta social historicamente situada (SILVA, 2011, p. 64).

Essa perspectiva aprofunda um debate trazido pelo próprio movimento de ES e pelos atores dos ministérios ligados à SENAES: a Economia Solidária cresce no sentido de agregar valor em problemas sociais e desemprego, trazido pela economia capitalista e pela globalização, ou tem o intuito de transformar um sistema competitivo e injusto, numa força humanizadora e potente que busque sempre satisfazer um desenvolvimento sustentável e solidário?

Já está claro até aqui que o discurso promissor capitalista esconde a profunda capacidade desse sistema em fazer ótimas concentrações de riqueza e renda, resultando em crescentes desigualdades sociais, miséria e exclusão. Além de gerar exploração e alienação no trabalho. Respondendo ou não a pergunta, a ES tem sido sim um arrebanhador de problemas sociais, e tem proporcionado que diversas famílias e pessoas, saiam do mundo

precário e dos trabalhos informais, para uma outra forma de vida, podendo até ser chamada de qualidade de vida, e para uma forma diferente de relação produtiva.

Mas é necessário que não se perca de vista a crítica a esse sistema, levando em consideração principalmente as questões relativas à autogestão. Para Benini (2011) a autogestão é uma opção dialética e ontológica ao trabalho assalariado de cunho heterogestionário, sendo uma antítese imediata, no entanto, precisa apresentar seus ciclos de resistência.

A autogestão vem a se colocar, inicialmente, apenas como alternativa e resistência frente àquela situação já dada, não encontrando, portanto, espaço sequer para iniciar seus primeiros passos, tanto na perspectiva prática quanto teórica, ou seja, iniciar de fato a sua efetiva práxis para, com isso, criar seus próprios meios organizacionais e institucionais de sustentação (BENINI, 2011, p. 74).

É só na prática com sentido histórico e voltado para a realidade local que se constrói a autogestão, sempre levando o trabalhador a refletir sobre seu cotidiano e assumir posturas críticas em relação a ele, para assim, através da autonomia poder tomar decisões coletivas e apropriadas para seu grupo. E é justamente nesse panorama que a educação popular se torna tão potente, oferecendo recursos metodológicos para que se crie espaços onde a contradição apareça e a crítica se amplie.

A parceria com a Educação Popular

Pensando que a educação formal é um modelo de educação que sustenta a ignorância (FREIRE, 2005), ela fortalece a condição de exploração já vivida pelos sujeitos nos outros âmbitos da sociedade, uma vez que o professor é na verdade o detentor do saber, e o aluno, um depósito desse saber convidado a não pensar, mas sim a receber esse “conhecimento”, reproduzindo assim a lógica não pensante e alienadora dessa sociedade. Mas aí está também uma força de mudança, uma vez que é justamente o oprimido que poderá produzir uma outra possibilidade.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2005, pg. 34).

É então que Freire não traz uma educação alternativa, mas sim uma pedagogia comprometida, uma pedagogia que tem o compromisso de lutar por uma sociedade mais justa, a pedagogia do oprimido (2005). O educador, como Freire gostava de ser chamado, nos propões uma educação voltada à *práxis*, ou seja, uma educação que faz “a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-los” (FREIRE, 2005, pg. 42).

A educação popular vem para fortalecer a crítica e a reflexão, para que os sujeitos, sim, pensem, critiquem, e se revoltem¹ com o que não estiver justo. Só assim será construída uma sociedade livre, onde “a desesperança das sociedades alienadas passa a ser substituída por esperança, quando começam a se ver com seus próprios olhos e se tornam capazes de projetar (FREIRE, 1989, p. 54)”.

No entanto, esse processo de construção de uma consciência crítica não é simples e direto, não basta colocar trabalhadores em roda, ou fazer letramento a partir do cotidiano de trabalho, ou ainda fazer teatro nas cooperativas, mas é sim fazer isso e também promover autonomia e a emancipação destes trabalhadores, as ações de Educação Popular devem estar ligadas aos movimentos populares e aos grupos no sentido de reforçar as práticas com plena consciência e sentido histórico, assumindo a posição da Educação Popular como uma autentica *práxis*.

E aqui esta, para nós, a característica essencial da educação popular, pois, mesmo incorporando alguns dos elementos de outros modelos, sua definição esta dada por sua concepção e compromisso de classe e por sua ligação orgânica com o movimento popular, definido em termos políticos (não necessariamente partidários). Por isso, para nós a educação popular é um processo de formação capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula a ação organizada do povo, das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses (HURTADO, 1993, p.44).

É relevante ressaltar que a educação popular, assim como a Economia Solidária, tem a proposta de um mundo mais justo, solidário e humano, tendo em vista que para isso nos insiramos na luta política de direitos e na busca de uma sociedade mais libertária. Não é só uma ação isolada, mas um conjunto de perspectivas que carrega um sonho, um sonho de construir uma sociedade melhor, considerando todos os aspectos ideológicos dessa sociedade de classes e desse sistema hegemônico.

Algo muito importante na educação popular é que a gente possa sempre valorizar o saber do outro, mesmo que muito diferente do nosso ele tem seu valor, e nessa perspectiva

¹ Para Freire era necessário aos homens uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão; e a educação é quem deve despertar isso (FREIRE, 1989, p. 90).

o Círculo de Cultura encontrou espaço dentro das cooperativas entendendo as demandas que eram trazidas pelos próprios catadores, valorizando também seu cotidiano e seu saberes nesses espaços.

O Círculo de Cultura é um método usado por Paulo Freire para ampliar o campo da linguagem e o sentido dela para homens do povo. O autor conta suas primeiras experiências com esse método, no livro Educação como prática da Liberdade, em 1965. No texto ele traz a vivência de debates com adultos na conquista do esclarecimento das situações e com isso, na busca da democratização da cultura. Nessa perspectiva, a alfabetização não era mais o foco, mas sim a busca pela linguagem que pudesse fazer desses homens, homens livres e críticos.

A visão de liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem (WEFFORT, 1989, p. 5).

Nesse sentido, o intuito era conquistar não só as palavras, como também os sentidos que elas tinham, e não só o sentido histórico, como também o sentido já existente para aquelas pessoas. É nesse caminho que Paulo Freire institui o Círculo de Cultura e revela um instrumento que permite um espaço de problematização da realidade e onde os educandos constroem juntos seu aprendizado, na perspectiva de que todos sabem um pouco.

[...] em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, programação compacta, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado (FREIRE, 1989, p. 103, nota de rodapé).

Sendo assim, o Círculo de Cultura é um método que fortalece a reflexão nos sujeitos e isso, pode gerar mais crítica, fazendo com que esses homens possam pensar sua realidade e atuar nela de forma mais autônoma e consciente.

Ou seja, nessa ideia acreditamos que homens mais críticos terão maior facilidade em decidir sobre seu cotidiano, atuar nele e geri-lo coletivamente, por isso a Educação Popular, e nessa experiência da Incubadora, o Círculo de Cultura, é uma ferramenta de fortalecimento da autogestão, e principalmente, uma ferramenta que empodera os sujeitos que estão em empreendimentos de Economia Solidária e que lutam por uma sociedade diferente.

Considerações finais

Estamos na constante luta para que a Economia Solidária não seja só uma alternativa de vender, ou de trabalho e renda, mas sim que seja uma outra concepção de relações, e que seja uma alternativa de viver melhor, consumir melhor, e se relacionar de forma verdadeiramente solidária. Estamos na busca de construir maiores possibilidades de proporcionar o diálogo² e com isso de construir um outro mundo possível, que não exclua e separe, mas sim que some, e que valorize os vários saberes, permitindo uma sociedade criativa e mais humana.

Nessa busca entendemos a Educação Popular como uma aliada na luta, que pode através de suas vivências e práticas, proporcionar a edificação da Economia Solidária como projeto de sociedade, e como busca de transformação da nossa realidade atual. No entanto, não é só a experiência coletiva na educação que irá produzir uma sociedade mais justa e solidária, mas é um passo para isso. A educação por si só, não é o que consolida as forças do capital, e por isso, não é também quem irá, em si mesma, consolidar todas as alternativas emancipadoras, mas as ações coletivas e conscientes, na perspectiva da práxis, poderá, sem dúvida, construir partes das saídas para a situação paralisante e grave que é proporcionada pelo sistema hegemônico (MÉSZÁROS, 2008). As mudanças nesse sistema, e a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária são urgentes e necessárias, e podem começar pela educação. “Educar não é a mera transferência de conhecimento, mas sim, conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades (JINKINGS, 2008, p.13)”.

² “O que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação”(FREIRE, 1989, p. 107).

Estamos assumindo a postura da Educação Popular como forma de reunir os homens do povo e pensar com eles sobre a cultura que os circunda, para que assim, juntos possam executar transformações, tanto de si mesmo, como de seus coletivos. Os espaços que propomos são para refletir sobre esse lugar que cada um habitou até ali e conseguir refletir criticamente sobre isso, sem anular a voz desses homens, pelo contrário, dando escuta à suas formas de pensar e dando vazão a suas ideias. Assim, seria, através de cada ação, de cada práxis proporcionada por isso, que construiríamos o que entendemos por Economia Solidária.

Referências Bibliográficas

BENINI, Édi. Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária. In: BENINI, E. [et al] (orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FREIRE, Paulo. *Educação Como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HURTADO, Carlos Núñez. *Educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 5(1-2): 1-29, 1993 (editado em nov. 1994).

MAUSS, Marcel. Ofício de etnógrafo, método sociológico. In: OLIVEIRA, R. C. (org.) *Marcel Mauss: antropologia* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1979. p. 53 – 59.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In: BENINI, E. [et al] (orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, Felipe. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. In: BENINI, E. [et al] (orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEFFORT, Francisco. Educação e Política, Reflexões sociológicas sobre uma Pedagogia da Liberdade. In: FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 19ª ed. São Paulo: Paulo e Terra, 1989.